



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: - http://www.mec.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.010863/2020-42

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços não continuados de fornecimento, instalação, remanejamento e reparo de persianas e painéis para os edifícios do Ministério da Educação, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo I	Item	Especificação	Un.	Quantidade prevista	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
	1	Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela solar microperfurada – composição 80% PVC e 20% fibra de vidro, abertura 3%, com 1,0 m de largura e altura variável conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	750	265,50	199.125,00
	2	Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela opaca – composição 75% PVC e 25% fibra de vidro, com 1,0 m de largura e altura variável conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	400	205,00	82.000,00
	3	Fornecimento e instalação de persianas verticais em lâminas de juta de 89 mm de largura, sistema de giro 180º, trilho de alumínio anodizado, acionamento por meio de corrente de aço. Cordas de recolhimento e giro de 2 mm. Corrente de base em PVC. Largura e altura variáveis conforme local de instalação. Cor a escolher. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	250	99,00	24.750,00
	4	Fornecimento e instalação de trilho de alumínio com 3 (três) canaletas, conforme modelo existente, para painéis deslizantes (itens 1 e 2).	m	150	50,00	7.500,00
	5	Fornecimento e instalação de trilho de alumínio anodizado , conforme modelo existente, para persianas verticais (item 3).	m	150	40,00	6.000,00
	6	Remoção de persianas ou painéis e transporte para local de armazenamento ou de descarte.	m²	400	8,90	3.560,00
	7	Instalação de persianas e painéis do estoque do MEC em trilhos já instalados.	m²	400	19,00	7.600,00
	8	Fornecimento e montagem de conjunto de 3 (três) rodízios e terminais de <i>nylon</i> em painéis de PVC.	un.	200	3,00	600,00
	9	Reposição, com fornecimento de material, de corda de 2 mm com conector, para as persianas verticais do tipo descrito no item 3.	m	50	6,90	345,00
	10	Reposição, com fornecimento de material, de corrente de base em PVC , para as persianas verticais do tipo descrito no item 3.	m	50	4,50	225,00
	11	Remoção, limpeza e reinstalação de painéis do tipo descrito nos itens 1 e 2.	m²	400	19,00	7.600,00
	12	Remoção, limpeza e reinstalação de persianas verticais do tipo descrito no	m²	400	16,00	6.400,00

	item 3.				
13	Reparo, reinstalação e ajuste de painéis já instalados.	un.	500	12,00	6.000,00
14	Reparo, reinstalação e ajuste de lâminas de persianas verticais já instaladas.	un.	800	10,00	8.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO					359.705,00

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de caráter não continuado.
- 1.3. Os quantitativos e códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. O critério de julgamento será do tipo menor preço do Grupo.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.6. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo prorrogável, na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

1.7. Integram este Termo de Referência os encartes:

- 1.7.1. "A" - Planilha descritiva dos materiais e quantitativos;
- 1.7.2. "B" - Descrição técnica de componentes dos materiais a serem fornecidos;
- 1.7.3. "C" - Modelo de ordem de serviços;
- 1.7.4. "D" - Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental;
- 1.7.5. "E" - Modelo de Proposta de Preços;
- 1.7.6. "F" - Modelo de Recebimento Provisório;
- 1.7.7. "G" - Modelo de Recebimento Definitivo;
- 1.7.8. "H" - Modelo de Declaração de Parentesco;
- 1.7.9. "I" - Modelo de Declaração de Vistoria.

2. **DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Ministério da Educação utiliza, nos edifícios sob sua administração em Brasília - DF, elementos de controle da luz solar direta em janelas e elementos fixos de vidro. Tal controle visa auxiliar a manutenção da temperatura dos ambientes e propiciar conforto visual e térmico aos funcionários. Também tem por finalidade preservar móveis, equipamentos e demais objetos que possam ser danificados pela exposição contínua à insolação.

2.2. Para tal são utilizados painéis deslizantes e persianas confeccionados em materiais apropriados para a função. Tais elementos, com o tempo e constância de uso, sofrem desgaste e perdem as condições ideais de utilização, necessitando de substituição ou reparos. O Ministério da Educação não possui, em suas dependências, os materiais e ferramentas necessários à fabricação dos painéis e persianas, nem dispõe de mão de obra para sua montagem e instalação. Desse modo, deve-se recorrer ao mercado fornecedor para a aquisição dos referidos serviços e materiais.

2.3. A contratação de que trata o presente Termo de Referência tem por finalidade atender as demandas de manutenção e reparo de elementos de controle da luz solar nas dependências do MEC e de suas Unidades Administrativas, bem como de melhoria do espaço e das condições ambientais.

2.4. A contratação deverá ser realizada por menor preço global sem a necessidade de parcelamento da prestação dos serviços do objeto, justificada por se tratar de itens que apresentam caráter de interdependência em sua aplicação, além de que uma única contratada deverá ser responsável pelo fornecimento de todo equipamento previsto na contratação, de modo a não prejudicar a execução operacional das atividades e evitar uma série de possibilidades de falhas, desacordos e desentendimentos entre as partes que poderiam estar envolvidas em uma contratação com objeto parcelado. Almeja-se também o ganho em escala proporcionado pelo interesse na melhor oferta com redução de custos nos itens menos significativos.

3. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, conforme solicitações do CONTRATANTE, por meio das Autorizações de Serviços devidamente assinadas pelo fiscal do contrato, que deverão conter descrição detalhada, quantidades, local, prazo de execução dos serviços e identificação do solicitante;

3.2. Os quantitativos apresentados no Termo de Referência são aproximados, resultado de projeções de utilização para o decorrer do ano, podendo ser totalmente executados ou não, conforme a demanda dos serviços.

3.3. A aplicação de todos os materiais especificados deverá ser feita seguindo rigidamente as instruções do respectivo fabricante.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. A natureza dos serviços a serem contratados enquadra-os no conceito de bens e serviços comuns, conforme definido no art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, sendo facilmente cotadas em diversos estabelecimentos que oferecem tais serviços. Dessa

maneira, essas atividades são reconhecidas e estão disponíveis, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores cujos serviços são comparáveis entre si, de maneira que permite a decisão de aquisição com base no menor preço;

4.2. Os serviços contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. O critério de julgamento será do tipo menor preço por grupo, forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei Nº 8.666/93.

4.5. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

4.6. O objeto deste Termo de Referência define-se de caráter não contínuo, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, cabendo a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global, enquadrando-se nos termos das seguintes normas legislativas:

- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências;
- Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, altera dispositivos das Leis: no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- Instrução Normativa nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de junho de 2018, que dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Normativa Conjunta RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;
- Orientações do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão 1.233/2012 – plenário, Acórdão 310/2013 TCU – plenário), além de outros normativos e orientações dos órgãos de controle interno das entidades públicas;
- Portaria MEC nº 120, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito deste Ministério.
- Demais normas aplicadas subsidiariamente as elencadas acima.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os prazos para atendimento das demandas serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços assinada.

5.2. A Contratada deverá obedecer aos seguintes prazos para o atendimento:

5.2.1. **Serviços e materiais envolvendo mão de obra para ajuste, desmontagem ou montagem, sem fornecimento de material:**

- a) Até 30,0 m² ou 10 unidades: prazo de vinte e quatro horas;
- b) Acima de 30,00m² / 10 un. e até 90,00m² / 30 un.: prazo de três dias corridos;
- c) Acima de 90,00m² / 30 unidades e até 240m² / 80 un.: prazo de sete dias corridos;
- d) Acima de 240m² / 80 un.: prazo a ser negociado entre a Contratada e a Administração do MEC.

5.2.2. **Serviços e materiais envolvendo fornecimento de peças novas e montagem:**

- a) Até 150,00m²: prazo de dez dias corridos;
- b) Acima de 150,00m² e até 300,00m²: prazo de vinte dias corridos;
- c) Acima de 300,00m²: prazo a ser negociado entre a Contratada e a Administração do MEC.

5.2.3. **Serviços de limpeza de painéis e persianas, incluindo desmontagem e reinstalação:**

- a) Até 25,0 m²: prazo de cinco dias úteis;
- b) Acima de 25,00m² e até 100,00m²: prazo de dez dias corridos.
- c) Acima de 100,00m² e até 250m²: prazo de quinze dias corridos.
- d) Acima de 250m²: prazo a ser negociado entre a Contratada e a Administração do MEC.

5.3. Será finalizado o prazo de atendimento quando do término da instalação de todos os materiais, nas quantidades e locais determinados na respectiva Ordem de Serviços.

5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, independentemente da aplicação de penalidades.

5.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, à Lei nº 12.187/2009, incisos IV, VI a VII do art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Lei nº 12.305/2010 e ao Decreto nº 7746/2012.

6.2. Os bens devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.3. Os resíduos recicláveis descartáveis serão separados na fonte geradora e destinados a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, onde será procedida a coleta seletiva para reciclagem, nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006.

7. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.

7.1.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.1.2. O prazo para vistoria terá início no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura da sessão pública.

7.1.3. A vistoria deverá ser agendada pelo fone (61) 2022 7335/7132. A vistoria será acompanhada por profissional habilitado e designado pela Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/SE/MEC.

7.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.5. Será emitido Declaração de Vistoria conforme modelo do Encarte "I" deste Termo de Referência.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, conforme solicitações do CONTRATANTE, por meio das Autorizações de Serviços devidamente assinadas pelo fiscal do contrato, que deverão conter descrição detalhada, quantidades, local, prazo de execução dos

serviços e identificação do solicitante;

8.2. O funcionário representante da empresa e chefe dos trabalhos, denominado “preposto”, deverá apresentar-se diariamente ao fiscal do contrato, para conhecimento dos serviços solicitados e/ou recolhimento das Autorizações de Serviços emitidas;

8.3. Antes da emissão das Autorizações de Serviços, será solicitado orçamento prévio à contratada, que terá 24 horas para encaminhá-lo a contar da solicitação formal por parte da Fiscalização, feita presencialmente ou por mensagem eletrônica. No caso de o local dos trabalhos não estiver acessível para medição, isso deverá ser informado ao fiscal logo após o recebimento da solicitação de orçamento. Os serviços de ajuste (itens 13 e 14 da planilha de serviços) poderão dispensar o orçamento prévio, sendo medidos durante sua execução;

8.4. A área de **persianas verticais** será calculada com a multiplicação da largura do vão pela sua altura. A quantidade de **painéis** será calculada pela largura do vão convertida em inteiros de 1,0 metro, multiplicada pelo pé-direito do local onde serão instalados. Para os itens medidos em metros será calculada a extensão linear simples de cada elemento. Para os serviços de ajuste cada painel ou lâmina de persiana vertical contará como 1 (uma) unidade;

8.5. Depois de aprovado o orçamento, o fiscal do contrato deverá encaminhar a respectiva Ordem de Serviços à contratada para que o serviço seja executado, podendo fazê-lo presencialmente ou por correspondência eletrônica. Os serviços de ajuste (itens 13 e 14) poderão ser executados previamente à emissão da Ordem de Serviços, sendo requisitados pela Fiscalização diretamente ao preposto em caso de iminência de dano ao patrimônio ou a pessoas que trabalhem no local afetado;

8.6. O fiscal assinará cada Ordem de Serviços na data em que for encaminhada à contratada, sendo que, a partir dessa data, será iniciada a contagem do prazo de entrega determinado no item 9 deste Termo de Referência;

8.7. Os quantitativos apresentados neste Termo de Referência são aproximados, resultado de projeções de utilização para o decorrer do ano, podendo ser totalmente executados ou não, conforme a demanda dos serviços;

8.8. A aplicação de todos os materiais especificados neste Termo de Referência deverá ser feita seguindo rigidamente as instruções do respectivo fabricante;

8.9. No cálculo de fornecimento, limpeza, montagem ou desmontagem dos painéis corrediços será considerada a soma da área (em metros quadrados) de cada painel efetivamente colocado ou remanejado, desconsiderando-se eventuais excessos de material que requeiram recorte ou ajuste;

8.10. No cálculo de fornecimento, limpeza, montagem ou desmontagem das persianas verticais será considerada a área (em metros quadrados) de material efetivamente colocado ou remanejado, desconsiderando-se as perdas de colocação ou remoção.

9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. O recebimento do objeto deste Termo de Referência dar-se-á conforme o disposto nos Artigos 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Nos termos do Item 2.6 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, seguem abaixo algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

9.3. Definição dos atores que participarão da gestão do contrato: o contrato será gerido pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL/SAA/SE/MEC.

9.4. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços: serão telefone (*WhatsApp*), *e-mail* ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou *e-mail* institucional do MEC.

9.5. Definição da forma de aferição/testagem ou conferência do serviço para efeito de pagamento.

9.6. Definição dos demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber: fiscalização rotineira, verificação de relatórios e dos indicadores do Instrumento de Medição do Resultado - IMR.

9.7. Definição do método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório: o método de avaliação da conformidade será realizado de acordo com o determinado neste Termo de Referência, ou seja, aplicação do Instrumento de Medição dos Resultados a partir da fiscalização dos serviços prestados e dos relatórios gerados.

9.8. Definição do método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo: o método de avaliação da conformidade será realizado de acordo com o determinado neste Termo de Referência, ou seja, aplicação do Instrumento de Medição dos Resultados a partir da fiscalização dos serviços prestados e dos relatórios gerados a partir dessa.

9.9. Definição do procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução: geração de relatórios após a realização da fiscalização dos serviços prestados e atendimento das demandas e obrigações nos prazos estabelecidos neste documento.

9.10. Definição de uma lista de verificação para os aceites provisórios e definitivos, a serem usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso: os aceites provisórios e definitivos serão realizados com base na verificação do atendimento quando da realização do serviço.

9.11. Definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União previsto na cláusula SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste documento.

10. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 11.1. Todas as informações necessárias para o correto dimensionamento das propostas estão incluídas nos encartes "A" e "B".
- 11.2. Os serviços deverão ser prestados nas dependências dos edifícios do Ministério da Educação em Brasília - DF, compreendendo o edifício sede, anexos I e II, CNE – Conselho Nacional de Educação e Edifício Garagem.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.1.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 12.1.2. Direcionar a contratação de pessoas por parte da Contratada;
 - 12.1.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - 12.1.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.2. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.3. Comunicar à Contratada, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, incluindo imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 12.4. Operar o contrato na forma estipulada, acatando os prazos estabelecidos e emitindo a documentação requerida.
- 12.5. Propiciar à Contratada o acesso aos locais onde os serviços serão executados, em horário adequado e durante o tempo necessário para o seu cumprimento, bem como fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessários para a execução dos serviços.
- 12.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado e habilitado.
- 12.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 12.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber em conformidade com o item 6, anexo XI da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 12.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 12.11. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 12.12. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 13.2. Encarregar-se da limpeza do local onde ocorrerão os serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização. Nenhum material poderá ser deixado em áreas de circulação.
- 13.2.1. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados, destinados a instituições credenciadas para coleta seletiva, sob responsabilidade da Contratada, no prazo máximo de 24 horas após a conclusão dos serviços.
 - 13.2.2. Em decorrência da necessidade de manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção, o corte e ajuste de peças e componentes de persianas e painéis, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), que deixem sujeira e exalem cheiros fortes (cola, pintura), deverão ser feitos em espaço apropriado para tal finalidade, a ser indicado pela fiscalização.
- 13.3. Sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores do MEC e a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente.
- 13.4. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 13.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 13.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 13.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.8. Os funcionários da empresa contratada deverão estar devidamente uniformizados, identificados com crachá da Contratada e usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) requeridos para o desempenho de cada atividade, que deverão ser fornecidos pela Contratada, responsabilizando-se por quaisquer danos que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o MEC, em razão de acidentes ou de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus funcionários ou de quem estiver credenciado a agir em seu nome.
- 13.9. Quando a Administração não achar conveniente a execução dos serviços no horário comercial, de 8h às 18h, a Contratada deverá programar junto à Fiscalização o trabalho nos seguintes horários e dias alternativos:
- 13.9.1. Durante a semana após as 18h;
 - 13.9.2. Nos finais de semana;
 - 13.9.3. Nos feriados.
- 13.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. O preposto indicado deverá apresentar vínculo formal com a Contratada e não poderá ser substituído sem o conhecimento da fiscalização;
- 13.11. Usar mão de obra especializada e qualificada, contratada sob sua inteira responsabilidade, arcando com todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários decorrentes dessa contratação para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços de acordo com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como outras normas pertinentes ao objeto deste Termo de Referência, além de recomendações do próprio Contratante;
- 13.12. Fornecer produtos e serviços de primeira qualidade, conforme as orientações contidas neste Termo de Referência, pois não serão toleradas adaptações com materiais e/ou técnicas inadequados;
- 13.13. Não sub empreitar parcial ou globalmente os serviços;
- 13.14. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa dos serviços contratados;
- 13.15. Observar o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 13.16. Acatar todas as exigências e normas internas do MEC, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 13.17. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.19. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que comparecerão ao órgão para a execução do serviço;
- 13.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.21. Instruir seus empregados a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 13.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.27. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência e ao prazo de garantia ou validade;

13.28. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.29. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor formalmente designado pela Coordenação - Geral de Recursos Logísticos - CGRL, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo-lhe:

16.1.1. Atestar as Notas Fiscais/Faturas dos serviços, desde que tenham sido executados em conformidade com o contrato;

16.1.2. Recusar ou mandar refazer serviços que não estejam de acordo com as exigências deste Termo de Referência, correndo por conta da empresa todas as despesas relativas aos serviços refeitos ou recusados;

16.1.3. Apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6. A conformidade dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

16.10. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

16.10.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

16.10.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.12. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA produza a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

16.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando essa ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores devem ser aplicadas sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante por meio de ordem bancária, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e dos materiais empregados, com crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.4.1. o prazo de validade;
- 18.4.2. a data da emissão;
- 18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.4.5. o valor a pagar;
- 18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 18.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento por serviços prestados, a qualquer título, a empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

18.16. A Contratada optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo pagamento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = 0,00016438$$

I = (TX) I = (6 / 100) TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato.

20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:

- 21.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 21.1.5. Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- 21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.7. Fizer declaração falsa;
- 21.1.8. Cometer fraude fiscal;
- 21.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada no artigo 11 da Portaria MEC nº 120/2016.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa;

21.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa;

21.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 10º da Portaria nº 120/2016, sendo possível a aplicação de:

21.5.1. Advertência.

21.5.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração; recusa parcial ou total na entrega do material; recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
- f) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

21.5.3. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.

21.6. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, conforme o art. 7º, da Portaria 120/2016 do MEC, observada a seguinte ordem:

- a) mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- b) mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
- c) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

21.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente;

21.8. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

21.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

- 21.10. No caso de multa cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito em parte ou no todo pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final;
- 21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999;
- 21.12. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.
- 21.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;
- 21.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
- 21.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;
- 21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 21.17. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União, deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- 21.18. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 21.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
22. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Para fins de comprovação da capacidade técnico - operacional, considerando que os materiais solicitados necessitam de mão de obra específica, a empresa licitante deverá fornecer:
- 22.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitidos em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de produtos e serviços compatíveis com os do objeto deste Termo, em características, quantidades e prazos. Serão consideradas compatíveis referências explícitas a (e/ou):
- a) Cortinas de qualquer modelo, em qualquer tipo de tecido;
 - b) Persianas verticais ou horizontais, de qualquer tipo e material;
 - c) Painéis corrediços em qualquer tipo de tecido.
- 22.3.2. Os atestados deverão ser referentes a uma quantidade mínima, efetivamente entregue, de 1.000 m² (mil metros quadrados), referentes a 40% da soma dos itens de maior relevância do objeto.
- 22.3.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do anexo VII-A da IN SEGES/MP nº. 5/2017.
- 22.3.4. O licitante disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, que deverão estar assinados por pessoa que represente o respectivo Contratante.
- 22.4. Deverá também ser apresentada 1 (uma) declaração formal de disponibilidade de equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e pessoal técnico especializado para realização dos serviços do objeto, conforme preceitua o § 6º do Art. 30 da Lei 8666/93.
- 22.5. A critério da Administração ou do pregoeiro poderá ser exigido protótipo para averiguação da padronização e da qualidade do objeto do certame.
- 22.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.6.1. Valor Global: R\$ 359.705,00 (trezentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinco reais).
 - 22.6.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 22.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do grupo.
- 22.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação é o valor máximo do grupo de R\$ 359.705,00 (trezentos e cinquenta e nove mil setecentos e cinco reais).

23.2. Os preços são fixos e irrevogáveis.

23.3. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa junto a fornecedores em consulta a 3 (três) empresas, onde a metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência foi o menor preço apurado dos valores encontrados na pesquisa, em conformidade com a IN 73/2020 com os valores máximo de cada Item detalhado abaixo:

Item	Especificação	Un.	Quantidade prevista	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela solar microperfurada – composição 80% PVC e 20% fibra de vidro, abertura 3%, com 1,0 m de largura e altura variável conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	750	265,50	199.125,00
2	Fornecimento e instalação de cortina tipo painel deslizante em tela opaca – composição 75% PVC e 25% fibra de vidro, com 1,0 m de largura e altura variável conforme local de instalação. Cor cinza. Instalada em trilhos de alumínio com 3 (três) canaletas, 3 (três) rodízios por painel e terminais de <i>nylon</i> com chapa metálica. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	400	205,00	82.000,00
3	Fornecimento e instalação de persianas verticais em lâminas de juta de 89 mm de largura, sistema de giro 180º, trilho de alumínio anodizado, acionamento por meio de corrente de aço. Cordas de recolhimento e giro de 2 mm. Corrente de base em PVC. Largura e altura variáveis conforme local de instalação. Cor a escolher. Serviço inclui retirada de material já instalado, quando houver.	m²	250	99,00	24.750,00
4	Fornecimento e instalação de trilho de alumínio com 3 (três) canaletas, conforme modelo existente, para painéis deslizantes (itens 1 e 2).	m	150	50,00	7.500,00
5	Fornecimento e instalação de trilho de alumínio anodizado , conforme modelo existente, para persianas verticais (item 3).	m	150	40,00	6.000,00
6	Remoção de persianas ou painéis e transporte para local de armazenamento ou de descarte.	m²	400	8,90	3.560,00
7	Instalação de persianas e painéis do estoque do MEC em trilhos já instalados.	m²	400	19,00	7.600,00
8	Fornecimento e montagem de conjunto de 3 (três) rodízios e terminais de <i>nylon</i> em painéis de PVC.	un.	200	3,00	600,00
9	Reposição, com fornecimento de material, de corda de 2 mm com conector, para as persianas verticais do tipo descrito no item 3.	m	50	6,90	345,00
10	Reposição, com fornecimento de material, de corrente de base em PVC , para as persianas verticais do tipo descrito no item 3.	m	50	4,50	225,00
11	Remoção, limpeza e reinstalação de painéis do tipo descrito nos itens 1 e 2.	m²	400	19,00	7.600,00
12	Remoção, limpeza e reinstalação de persianas verticais do tipo descrito no item 3.	m²	400	16,00	6.400,00
13	Reparo, reinstalação e ajuste de painéis já instalados.	un.	500	12,00	6.000,00
14	Reparo, reinstalação e ajuste de lâminas de persianas verticais já instaladas.	un.	800	10,00	8.000,00
VALOR TOTAL DO GRUPO				359.705,00	

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2021, a cargo do Ministério da Educação, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicas serão contemplados no exercício orçamentário de 2021.

24.2. Caso se contratado no exercício de 2020, segue:

- a) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 169155
- b) Natureza de Despesa: 33.90.39
- c) Plano Interno (PI): VMM11N0100N

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

25.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cgga@mec.gov.br, subsidiado pela área técnica.

25.3. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link "Acesso à informação/Licitações e Contratos", bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

25.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

25.5. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

25.6. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Termo de Referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555/2000.

Wladimir Xavier Dezouart Drummond – Integrante Requisitante;

Renato Câmara Fernandes de Oliveira – Integrante Requisitante Substituto;

Esrom Gonçalves Rodrigues – Integrante Técnico;

Carlos Cesar da Silva Gomes – Integrante Técnico; e

Reynaldo Leone Durães de Jesus – Integrante Administrativo.

25.7. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites.

CÁSSIA MARIA DE SOUZA BARRETTO
Coordenadora-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar da Silva Gomes, Servidor(a)**, em 09/11/2020, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Reynaldo Leone Duraes De Jesus, Chefe de Serviço**, em 10/11/2020, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Goncalves Rodrigues, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 10/11/2020, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

Documento assinado eletronicamente por **Wladimir Xavier Dezouart Drummond, Servidor(a)**, em 10/11/2020, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Camara Fernandes de Oliveira, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 11/11/2020, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2324868** e o código CRC **2344228D**.